

O ACESSO À JUSTIÇA NA VISÃO POPULAR

Raquel C. Alves

Bacharel em Direito pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru.

Orientadora: Prof^{ta}. Ms. Rossana T. Curioni

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo contextualizar a realidade popular no que tange à sua concepção sobre o Poder Judiciário e, em consequência, seus conhecimentos acerca do direito constitucional do acesso à justiça, bem como sua efetividade. Para tanto, foi utilizado como metodologia, o método de abordagem, realizado através de entrevistas semi-estruturada. As informações obtidas indicam uma escassez de conhecimento da população, quanto ao acesso à justiça, e a existência de uma grande distância entre a população e o Judiciário, fatores estes, que contribuem para a não-efetivação, na prática, do amplo acesso à justiça, constitucionalmente garantido.

Palavras-chave: Justiça, Acesso, Efetividade.

INTRODUÇÃO

Estudiosos do Direito há muito defendem que o Direito e a sociedade caminham juntos. Com a evolução das civilizações, o Direito, gradativamente, foi se fortalecendo e regulando as relações sociais.

Da mesma forma, normas de direito processual surgiram e evoluíram. Para se chegar à concepção de processo, que temos hoje, muitas foram as fases de evolução.

As formas de composição de litígios evoluíram, desde a autotutela, em que prevalecia a vontade do mais forte, à jurisdição estatal, onde o Estado chamou para si, a responsabilidade de dizer o Direito no caso concreto.¹

Com o advento da Constituição Federal de 1988, fortaleceram-se, ainda mais, direitos e garantias fundamentais dos indivíduos.

O artigo 5.º, inciso XXXV, da Constituição Federal² prescreve que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. Trata-se do princípio do amplo acesso à justiça.

Destaca-se, no entanto, que tal princípio não se resume em possibilitar aos indivíduos o simples acesso à justiça. Incumbe ao Estado, acima de tudo, garantir uma ordem jurídica justa.

Neste contexto, verifica-se que, teoricamente, o acesso à justiça está assegurado; no entanto, pairam questões acerca da efetivação, na prática, do acesso à ordem jurídica justa, a todos os indivíduos.

Para solucionar tal questionamento, foram realizadas entrevistas com cidadãos, aleatoriamente escolhidos, num supermercado da cidade de Bauru, objetivando verificar, através das abordagens, o conhecimento da população, no que tange aos seus direitos como cidadãos, em especial o acesso à justiça; a existência de barreiras ao acesso à justiça e a visão popular do Poder Judiciário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Num contexto histórico, o acesso à justiça, ao alcance de todos, conforme previsto, expressamente, no art. 5º, inc. XXXV, da Constituição Federal, representa uma grande conquista do direito moderno, haja vista o desenvolvimento histórico do direito processual.

Não obstante todo este aparato teórico, questões atinentes à aplicação prática destes conteúdos, pairam dúvidas: o acesso à justiça está, efetivamente, ao alcance de todos?

Diante deste contexto, na tentativa de solucionar tal questão, fez-se necessário buscar, no contexto social, dados concretos. Para isso, no entanto, foram

1 CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et al. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2003; p. 19.

2 Alguns doutrinadores, no entanto, denominam o dispositivo constitucional como princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e princípio do direito de ação; porém, se tratam-se de expressões sinônimas (NERY JR, Nelson. *Princípios do processo civil na Constituição Federal*. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002; p. 98 e BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002; p. 178).

realizadas vinte entrevistas com cidadãos, aleatoriamente escolhidos, num supermercado localizado no bairro Bela Vista, na cidade de Bauru - SP.

Destaca-se, desde já, o resultado positivo na colheita de informações, tendo em vista a grande receptividade encontrada, enfatizando, no entanto, que muitas informações foram colhidas a partir de um diálogo informal com os entrevistados, motivo pelo qual não se encontram transcritas nas entrevistas em anexo.

Das entrevistas realizadas, constou-se que 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistados já se viram envolvidos em dissídios envolvendo questões de direito, ou seja, poderiam ou foram solucionadas através da intervenção do Poder Judiciário.

Deste montante, apenas 47% (quarenta e sete por cento) buscou solução através do Poder Judiciário, destacando-se que deste percentual, 57% (cinquenta e sete por cento) envolviam questões de direito de família e tiveram soluções satisfatórias.

A falta de aptidão para reconhecer um direito, constatou-se ser uma grande barreira ao efetivo acesso à justiça. Muitos dos entrevistados só reconheceram o envolvimento em dissídios envolvendo questões de direito, após a apresentação de exemplos comuns à vida cotidiana. Questiona-se: como pode uma pessoa reivindicar um direito, se não o conhece? Conclui-se, pois, que

na medida em que o conhecimento daquilo que está disponível constitui pré-requisito da solução do problema da necessidade jurídica não atendida, é preciso fazer muito mais para aumentar o grau de conhecimento do público a respeito dos meios disponíveis e de como utilizá-los.³

Poderia, aqui, relacionar como causas desta falta de aptidão, a falta de formação e informação; no entanto, agrava-se a problemática pelos resultados obtidos nas entrevistas.

Quanto ao nível de formação, constatou-se que 40% (quarenta por cento) dos entrevistados possuíam ensino superior completo, 25% (vinte e cinco por cento) ensino superior incompleto, 5% (cinco por cento) ensino médio completo, 5% (cinco por cento) ensino médio incompleto, 10% (dez por cento) ensino fundamental completo e 15% (quinze por cento) ensino fundamental incompleto.

Diante deste quadro, verifica-se que, embora possuam, as pessoas, formação acadêmica, não possuem informação quanto à dimensão dos seus direitos como cidadão. Os exemplos levados aos entrevistados foram mínimos diante das

3 ABEL-SMITH, B. et al. *apud* CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988; p. 23.

inúmeras situações que são reguladas pelo Direito. Os dados colhidos poderiam, então, ser superiores, se tivessem, os entrevistados, consciência da extensão das situações reguladas pelo Direito.

Ainda, dentre os casos enumerados pelos entrevistados, predominaram situações que envolviam matérias tradicionais, ou seja, questões envolvendo direito de família, consumidor, locação, entre outros. Para ilustrar a problemática, Cappelletti traz que pessoas que procurariam um advogado para comprar uma casa ou obter um divórcio, dificilmente intentariam um processo cuja fábrica esteja expelindo fumaça e poluindo a atmosfera, concluindo que é difícil “mobilizar” as pessoas no sentido de usarem o sistema judiciário para demandar direitos não-tradicionais.⁴

Outro fator constatado foi o desconhecimento, por parte da população, quanto à estrutura e funcionamento do Poder Judiciário. Demonstrada ficou a existência de uma grande distância entre a população e o Poder Judiciário, fator este que se apresenta como uma forte barreira para a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça, pois ainda que conhecessem o direito, não saberiam como exercê-lo.

Dentre os entrevistados, constatou-se que 30% (trinta por cento) consideraram satisfatória a atual situação do Judiciário; no entanto, a partir dos dados colhidos, verificou-se que, deste percentual, 50% nunca utilizaram e nada souberam relatar sobre a atual estrutura e funcionamento do Poder Judiciário.

Numa visão popular,⁵ o Poder Judiciário apresenta algumas deficiências, consideradas óbices para o alcance da efetiva justiça. Foram relacionados a morosidade, o alto custo, o atendimento e a atuação dos advogados.

A morosidade e o alto custo da justiça, relacionados por 38,5% dos entrevistados, representam uma grande preocupação. Constatou-se que o indivíduo, em muitos casos, abre mão da luta pelo seu direito, em razão do tempo e dinheiro despendidos. A partir de uma análise subjetiva, constata-se que a desistência se torna menos dolorosa.

A morosidade há tempos representa uma das principais deficiências do Poder Judiciário; no entanto, atualmente, busca-se amenizá-la. Inúmeras são as ações que perduram por anos e anos, entretanto, outras são rapidamente resolvidas, de acordo com a matéria e o procedimento adotado. O fato é que, se passa para a população, a visão de que qualquer direito reivindicado pelo particular demandará longo período de tempo, o que, de fato, ocorre na maioria dos casos.

José Renato Nalini,⁶ numa visão moderna, relaciona a lentidão da justiça à precariedade dos meios utilizados. Defende que não há como se admitir, na era da infor-

4 CAPPELETTI et al, op. cit.; p. 24-25.

5 Dados da pesquisa realizada demonstram que 30% (trinta por cento) da população está satisfeita com a atual situação do Judiciário, 65% (sessenta e cinco por cento) está insatisfeita e 5% (cinco por cento) não se manifestou.

6 NALINI, José Renato. *O juiz e o acesso à justiça*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1994; p. 64-65.

mação, a utilização de instrumentos arcaicos pelo Poder Judiciário, informando que, de forma tímida, os benefícios da tecnologia vêm chegando ao Judiciário; no entanto, “há necessidade de aceleração na implementação de uma intempestiva política de utilização de tais recursos na atividade-fim e não apenas na atividade-meio”.

O alto custo, por outro lado, como barreira ao acesso à justiça, tem sua inclusão justificada pela falta de informação demonstrada pela população, sendo a distância entre os cidadãos e o Poder Judiciário, uma das suas principais causas. Consta-se, empiricamente, que o alto custo, como barreira ao acesso à justiça, atinge, principalmente, as classes sociais menos favorecidas; por isso, a problemática em estudo não se apresenta como um novo fator.

O instituto da Assistência Jurídica Gratuita, no Brasil, existe desde as Ordenações Filipinas, sendo, atualmente, um direito dos cidadãos, desde que preenchidos os requisitos trazidos pela Lei n.º 1.060 de 1950 e pelo inciso LXXIV, do art. 5.º da Constituição Federal; contudo, verifica-se que grande parte da população o desconhece, o que vem ao encontro a posição de Cândido Rangel Dinamarco, de que, a assistência jurídica, não passa de uma “solene promessa”.⁷

Constatado ficou que muitos deixam de buscar a solução de seus litígios através da intervenção do Poder Judiciário, em razão das grandes quantias a serem despendidas. Há muito, a existência dessas despesas é considerada barreira ao acesso à justiça,⁸ e, conforme se verifica, nada é feito para alterar este quadro. O problema existe há anos e perdurará enquanto não se der ênfase às questões práticas que envolvem o instituto.

O problema do funcionalismo foi destacado de forma significativa. Entre os entrevistados, 25% (vinte e cinco por cento) criticaram o atendimento feito pelos funcionários do Poder Judiciário, em razão da falta de atenção e descaso demonstrado pelos serventuários da justiça. Outra crítica, talvez justificadora da primeira, foi quanto ao número de funcionários, sendo destacado, pelos entrevistados, a necessidade de ampliação do mesmo.

Pela análise das entrevistas realizadas, constata-se que o papel do advogado representa uma das principais barreiras ao acesso à justiça. Muitos dos entrevistados, quando questionados sobre o trabalho dos advogados, demonstraram imensa insatisfação.

Primeiramente, cabe destacar que tanto o advogado constituído quanto o nomeado foram alvo de críticas. A primeira preocupação reside no fato de as pessoas não depositarem a confiança necessária em seus procuradores. Muitos relataram que esta desconfiança é gerada pela falta de informação dada por esses.

7 Apud PINTO, Robson Flores. *Hipossuficientes: assistência jurídica na Constituição*. São Paulo: LTr, 1997, p. 86.

8 Sobre o tema ver CAPPELLETTI, Mauro et al. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988; p. 15-20; 31-48 e NALINI, José Renato. *O juiz e o acesso à justiça*. 2 ed. São Paulo: 2000; p. 61-62.

Conforme prevê a art. 133 da Constituição Federal, o advogado exerce papel indispensável à administração da justiça, sendo sua atuação, “marcada pela liberdade e pela independência a fim de que, juntamente com o Poder Judiciário e o Ministério Público, possam ser perseguidos os objetivos da jurisdição”.⁹ Soma-se ao preceito constitucional, o Código de Ética e Disciplina da OAB que nas palavras de José Renato Nalini,¹⁰ “é a síntese dos deveres desses profissionais, considerados pelo constituinte como essenciais à administração da justiça”.

Verifica-se, então, que embora os deveres dos advogados estejam normativamente previstos, o que se tem, na realidade, é a inobservância de tais normas por parte de alguns.

Quanto aos advogados nomeados, pairam críticas acerca da atuação, em si, pois, constatada ficou a insatisfação pelos serviços prestados, seja pela lentidão ou pelo descaso, além da dificuldade encontrada quando da procura por seus serviços.

Não se pretende, aqui, generalizar a atuação profissional dos advogados. Sabe-se que este perfil representa pequena porção do quadro dos existentes no Brasil; entretanto, teve como objetivo, esta pesquisa, demonstrar a forma como a justiça brasileira é vista pela população, para que providências sejam tomadas a fim de evitar que os frutos estragados contaminem os demais existentes na árvore.

Pela análise das entrevistas realizadas, conclui-se que o acesso à justiça, como direito de todos, está longe de ser efetivado. As barreiras encontradas não representam novidade para o cenário jurídico brasileiro. Muitas delas já foram alvos de estudos teóricos, o que evidenciam que a solução dos problemas atinentes ao acesso à justiça, para serem solucionados, necessita de ação prática.

Os entrevistados, em sua grande maioria, demonstraram total desconhecimento de seus direitos como cidadãos. Destaca-se que o enfoque dado pela pesquisa restringiu-se ao simples acesso à justiça, que, aparentemente, todos conhecem e dela se utilizam, pelo grande volume de processos em andamento na Justiça brasileira. Indo além, questiona-se: e os direitos chamados de não-tradicionais, como os difusos? Será que os cidadãos os conhecem? É óbvio que não.

Costuma-se atribuir esta falta de conhecimento, à ausência de formação dos cidadãos. Tal fato restou contrariado pelos dados obtidos. A grande maioria dos entrevistados possuía formação acadêmica; no entanto, demonstraram total desconhecimento da estrutura do Poder Judiciário, o que nos leva a concluir,

9 SÁ, Djanira Maria Radamés de. *Teoria Geral do Direito Processual Civil: a lide e sua resolução*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1998; p. 163.

10 NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004; p. 253.

que o grande problema reside na falta de informação, tão simples de se resolver, se de interesse da ordem política brasileira.

Rudolf von Ihering,¹¹ ao analisar a finalidade do Direito, em sua obra clássica “A luta pelo Direito”, traz que:

O fim do direito é a paz, o meio de que serve para consegui-lo é a luta. Enquanto o direito estiver sujeito às ameaças da injustiça – e isso perdurará enquanto o mundo for mundo - ele não poderá prescindir da luta. A vida do direito é a luta: luta dos povos, dos governos, das classes sociais, dos indivíduos.

Não se entra numa luta sem armas, e é assim que o povo se encontra. Não há como lutar pelos direitos se são desconhecidos os meios para alcançá-los. A injustiça, portanto, perdurará enquanto o povo não tiver, conhecimento de seus direitos.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo contextualizar a realidade popular no que tange à sua concepção sobre o Poder Judiciário e, em consequência, seus conhecimentos acerca de direito constitucional do acesso à justiça, bem como sua efetividade.

É certo que os dados utilizados como base nesta pesquisa estão longe de representar, seguramente, o perfil da população brasileira, já que, obtidos em pequena proporção; no entanto, servem estes como indícios motivadores para a adoção e estimulação de uma postura moderna, num contexto prático, acerca dos direitos sociais.

No decorrer da pesquisa, abordou-se o tema numa concepção teórica, servindo esta para demonstrar que, no cenário jurídico brasileiro, em razão da transição de um Estado Individualista para um Estado Socialista, muitos são os direitos individuais e sociais.

Constatou-se que o acesso à justiça tem como base a Constituição Federal, o que, a princípio, faz transparecer um direito absoluto dotado de eficácia e efetividade; porém, na prática, não restou corroborado.

Pela análise dos dados obtidos, constatou-se que o acesso à justiça está longe de ser um direito efetivo. Muitas foram as barreiras encontradas, tais como a morosidade da justiça, o alto custo, o atendimento dado pelos funcionários do Poder Judiciário e a atuação do advogado.

Por outro lado, o cenário encontrado não representa fator novo no mundo jurídico, pois pelas obras estudadas, claro ficou que a problemática trazida, há muito está sendo discutida, inclusive com apresentação de sugestões de soluções, pela doutrina.

11 IHERING, Rudolf von. *A luta pelo Direito*. São Paulo: Martin Claret, 2004; p. 27.

Sabe-se que muitas delas encontram respaldo em reformas procedimentais e tecnológicas do direito processual brasileiro, mas cabe destacar que de nada adianta a criação de um mecanismo perfeito, se este for desconhecido daqueles para quem foram criados.

É claro que estas reformas são fundamentais, porém por si sós, insuficientes para transformar o acesso à justiça num direito efetivo. Inicialmente, é necessário levar ao conhecimento da população brasileira os direitos existentes, para que, depois de conscientizadas, possa efetivamente, utilizar-se, de forma adequada, da máquina judiciária.

Não se trata de tarefa fácil, porém se sabe que todos os cidadãos têm sede de saber. O início da transformação seria incluir no sistema educacional brasileiro conteúdos ligados ao funcionamento do Estado, através do estudo da Constituição Federal. Aos que já tiveram sua formação básica completa, programas educativos, incentivados pelo governo federal, teriam grande validade.

Salienta-se, por fim, que a presente pesquisa abordou apenas um, dentre inúmeros princípios garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, e a demonstração de sua não-efetividade representa fator preocupante que só será transposto, se posturas modernas e ousadas forem adotadas.

O papel social do estudioso do Direito torna-se, então, fundamental.

REFERÊNCIAS

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo Direito**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **O juiz e o acesso à justiça**. 2 ed. São Paulo: 2000.

NERY JR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002 (Coleção Estudos de Direito de Processo Enrico Tullio Liebman, v. 21).

PINTO, Robson Flores. **Hipossuficientes: assistência jurídica na Constituição**. São Paulo: LTr, 1997.

SÁ, Djanira Maria Radamés de. **Teoria Geral do Direito Processual Civil: a lide e sua resolução**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.